



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP
MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E SUPORTE DE IMPRESSORAS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUPARENDI**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, por meio da Portaria Municipal nº 802/2025, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1 DIA: 03 de novembro de 2026.

1.2 HORÁRIO: 08h30min (horário de Brasília/DF)

1.3 ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.portaldecompraspublicas.com.br

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para locação e suporte de impressoras tipo monocromática e colorida, reprodução de cópias de documentos e digitalização, com fornecimento de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva, incluindo manutenção total dos equipamentos, substituição/reposição de peças, insumos, suprimentos e materiais de consumo (toner, revelador, cilindro, entre outros), software de gerenciamento de impressão e abertura de chamados on line, via help desk, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal (*se procurador, instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil*) e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Tuparendi responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar da sessão pública as empresas:

4.1.1. Enquadradas como ME e EPP, em cumprimento ao disposto no Inciso I, do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014;

4.1.2. Que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital e seus Anexos, e estiverem **devidamente cadastradas no Órgão Provedor do Sistema**, por meio do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>;

4.1.3. Que apresentarem propostas por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br até o horário estipulado para o início da sessão, item 1 deste edital.

4.2 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar:

4.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

4.2.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, conforme o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da lei complementar nº 123/2006.

4.3 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.3.1. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 4.3, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo valor por item e demais informações necessárias, até o horário previsto no capítulo 1.

5.2 A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico no Portal Compras Públicas.**

5.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4 Incumbirá à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital, a Licitante poderá acessar o sistema Compras Públicas para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.6 Nas propostas serão consideradas, obrigatoriamente:

- a) Preço unitário para os itens em moeda corrente nacional, em algarismos com **no máximo duas casas decimais**, onde deverão estar inclusos, além do material, quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.
- b) A especificação completa dos serviços ofertados, referência e demais dados técnicos no que couber, que deverá atender no mínimo ao especificado no ANEXO I do Edital;
- c) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do pregão.

5.7. Poderão ser admitidos, pela Pregoeira, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.8. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, **até que se encerre a etapa de lances.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

6. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1 A Pregoeira via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

6.2 A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. **Serão desclassificadas as propostas que:**

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.3 A comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4 Quaisquer elementos estranhos na proposta que não tenham previsão no edital serão considerados inexistentes.

6.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo valor.

7.1.1 Será adotado o modo de disputa **aberto e fechado**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, observando as regras constantes deste item 7.

7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **valor por item**, observando que a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **15 (quinze) minutos**.

7.3 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5 Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

7.6 Encerrado o tempo previsto no item 7.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.7 Encerrado o prazo de que trata o item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo. Não havendo lance nesta etapa, poderá a critério da pregoeira haver o reinício da etapa fechada, para os licitantes já anteriormente classificados.

7.9 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.7 e 7.8, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8. DA DESCONEXÃO DA PREGOEIRA

8.1 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

8.2 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração de que trata o item 4.2.2 deste Edital;

9.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

9.1.4. O disposto no item 9.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

9.2. Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de lances, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3 Encerrada a etapa de negociação de que trata os itens 10.1 e 10.2, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital, observado o item 12.

10.4 O orçamento estimado pela Administração foi definido como critério de aceitabilidade de preços,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

constituindo valor máximo para contratação. Serão desclassificadas as propostas cujos preços unitários ou globais excedam os valores constantes da planilha orçamentária e do Termo de Referência, observadas as disposições do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

10.5 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.6 A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município, ou ainda, de profissional contratado, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.7 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 Após o encerramento da “Sessão Pública Virtual”, sem manifestação de interposição de recurso(s) por parte das licitantes, a empresa classificada em primeiro lugar para cada item, deverá anexar exclusivamente por meio do sistema, sua proposta de preços e eventuais documentos complementares a proposta e a habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, devendo ser encaminhado no **prazo máximo de 04 (quatro) horas, contadas da data da convocação.**

11.1.1 A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema.

11.2 As **propostas finais de preços** deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, **com até duas casas decimais após a vírgula**, com a identificação da empresa licitante (por meio do nome ou carimbo ou papel timbrado, etc.) datadas e assinadas, isentas de emendas, rasuras ou entrelinhas e contendo as seguintes informações:

- a) A especificação completa dos serviços ofertados, referência e demais dados técnicos, no que couber, que deverá atender no mínimo ao especificado no ANEXO I do Edital;
- b) O valor unitário líquido de cada item cotado, onde deverão estar inclusos, além do material, quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação.
- c) Informar agência bancária e número da conta corrente em nome da empresa, para fins de depósitos de pagamentos.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A documentação exigida é constituída pelos seguintes itens:

12.1.1. Declarações: (modelo de declaração conjunta anexo II)

- a) Declaração que atende à norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.
- b) Declaração de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame.
- c) Declaração de que não mantém vínculo com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato
- d) Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação
- e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Declaração do cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- g) Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

12.1.2 Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.3 Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional), conjunta, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei Federal Nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.1.4 Regularidade Trabalhista:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.1.5 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, caso não houver validade na própria Certidão.

12.2 Qualificação técnica

- a) Atestado da capacitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado;
- b) Declaração da licitante constando ciência dos requisitos e exigências descritos e que atende a todos os itens especificados no presente edital e seus respectivos anexos.
- c) Declaração de conhecimento devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa, referente aos locais, bem como a totalidade de equipamentos a serem instalados, necessários para atender integralmente aos requisitos do presente edital.
- d) Declaração da licitante informando que a mesma possui uma Central de atendimento telefônico e/ou Whatsapp com funcionamento e/ou atendimento técnico via telefone disponível no mesmo período de funcionamento da Prefeitura Municipal; e ainda, que possui equipe qualificada disponível para atendimento no período informado para todos os itens deste edital.

12.3 Será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, no tocante a regularidade fiscal, conforme o disposto no art. 43 §1º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

12.4 As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.5 As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação dos documentos para habilitação.

13. DAS IMPUGNAÇÕES AO ATO CONVOCATÓRIO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação de Lei atinente ao certame ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “a” e “b” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

16.1. Fornecimento de todos os suprimentos (exceto papel) necessários para as cópias e impressões (cartuchos de toner, cilindro, kits de manutenção, etc.).

16.2. Fornecimento de assistência técnica aos equipamentos, nos locais onde se encontrem instalados, cobrindo a mão de obra e todas as peças e kits de manutenção e fusão necessários aos consertos.

16.3. Fornecimento de suporte técnico, on-line por telefone ou presencial, sempre que necessário.

16.4. Chamados técnicos:

16.4.1. Os chamados serão efetuados por telefone, e-mail ou sistema web por servidores da Prefeitura;

16.4.2. O tempo de resolução para o atendimento dos chamados técnicos será até 10 horas úteis a partir do chamado, em horário de funcionamento da Prefeitura;

16.4.3. Entrega dos insumos (toners e tintas), deverá ser entregue no local da instalação do equipamento e por funcionários próprios da empresa contratada.

16.5. Caso seja necessária a retirada do equipamento para manutenção, deve ser fornecido equipamento reserva.

16.6. Fornecimento de software para gerenciamento e monitoramento on-line, para todos os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

equipamentos, informados:

- 16.6.1.** Níveis de abastecimento de papel e toner;
- 16.6.2.** Necessidade de troca de kit de manutenção;
- 16.6.3.** Relatório sobre consumo de insumos por equipamento;
- 16.6.4.** O software deve ser instalado em computador/Servidor indicado pela Prefeitura e a esta pertencente;
- 16.6.5.** Software de gestão dos toners e peças e para coletar os contadores dos equipamentos de forma automática.
- 16.7.** Os equipamentos deverão ser instalados em locais indicados pela Prefeitura na ordem de serviço, e deverão ter identificação própria (para diferenciar-se dos pertencentes à Prefeitura).
- 16.8.** O prazo para a entrega e instalação da solução de impressão é de 05(cinco) dias corridos a partir da assinatura do Contrato.
- 16.9.** As cópias ou impressões deverão ser de alta qualidade, não sendo aceitasse esbranquiçadas, manchadas ou com quaisquer falhas que comprometam a perfeita visualização.
- 16.9.1.** As cópias de baixa qualidade serão armazenadas pela Prefeitura para serem descontadas do total geral, no fechamento da fatura.
- 16.10.** O faturamento será mensal, devendo ser fornecido:
 - 16.10.1.** Nota fiscal ou fatura;
 - 16.10.2.** Relatório com volume de impressão ou cópia por equipamento.
 - 16.10.3.** Todos os itens citados serão fornecidos por conta da contratada, sem custo adicional para a Prefeitura bem como os fretes de deslocamento.
- 16.11.** O SOFTWARE para GERENCIAMENTO deverá ainda:
 - 16.11.1.** Contabilizar e gerenciar as atividades de impressão e cópias na rede, disponibilizando os relatórios que auxiliam na gestão do serviço sendo:
 - 16.11.2.** Permissões para definição de cotas por usuários;
 - 16.11.3.** Permissão de acesso de usuário a grupos e equipamentos de impressão;
 - 16.11.4.** Identificação dos documentos impressos (usuário, documento, páginas, custo, data e hora);
 - 16.11.5.** Permitir a implantação de senhas de acesso exclusivo por usuário, só efetuando impressão confidencial quando o usuário estiver ao lado do equipamento e registrar sua senha;
 - 16.11.6.** Permitir a administração de custos por usuário, impressora, grupo de impressoras e por página;
 - 16.11.7.** Emissão de relatórios de usuários com total de páginas impressas e copiadas
 - 16.11.8.** De custos por usuário, grupo de usuário e equipamento;
 - 16.11.9.** De grupo de usuários;
 - 16.11.10.** Compatível com sistema Windows;
 - 16.11.11.** Possuir interface de acesso a WEB.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A fiscalização do cumprimento dos termos do edital dar-se-á por meio do gestor de cada secretária e será acompanhada e controlada pelo servidor Juliano Marques, Técnico em Informática.

18. DA VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DE CONTRATO

18.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado sucessivamente, observado o limite estabelecido no art. 113 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. Na hipótese de prorrogação contratual, após transcorrido o período de 12 (doze) meses de vigência, os valores contratados serão reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou por outro índice que venha a substituí-lo, sem prejuízo da possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação aplicável, quando sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução contratual, bem como nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

19. DOS EMPENHOS/REQUISIÇÃO DE DESPESA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

19.1. O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho e/ou requisição de despesa.

19.2. Na nota de empenho e/ou requisição de despesa constará, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao objeto, o valor mensal, o local de instalação dos equipamentos e o período de prestação dos serviços de locação de equipamentos de impressão e fornecimento de cópias e impressões.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

20.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6 A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7 Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

20.11 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13 A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 20.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será mensal, proporcionalmente aos serviços prestados no mês anterior, e será realizado até o décimo dia útil do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços, após liquidação do empenho, com apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as exigências administrativas em vigor.

23.2. Na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) emitida pela fornecedora, deverá conter aposição de carimbo, no DANFE, atestando a verificação das formalidades da NF-e, descritas no Portal Nacional da NF-e (<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/>), ou no sítio da Secretaria da Fazenda do Estado ou Município de origem da mercadoria.

23.3. Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 0,5% (meio por cento) ao mês de juros.

23.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao FORNECEDOR enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

23.5. Para fins de imposto de renda retido na fonte, será adotado o disposto no decreto municipal nº 3.728, de 18 de março de 2022.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1 Os recursos financeiros correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO

04.0122.0010 - 2.007 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

04.0122.0010 - 2.017 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.01 - DEPARTAMENTO FINANCEIRO

04.0123.0010 - 2.024 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Departamento de Saúde

05.01 10 0301 0107 2,038 - Despesas Vinculadas ao PAB Fixo e PAB Variável

3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

Recurso: 0600

05.02 - Departamento Administrativo

05.02 10 302 0107 2029 - Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria da Saúde

3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

Recurso: 0500

05.03 - Departamento de Assistência Social

05.03 08 0244 0029 2,052 - Manutenção das Atividades do Departamento de Assistência Social

3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Recurso: 0500

05.04 - Fundo de Assistência Social

05.04 08 244 0030 2068 - Programa de Atenção Integral a Família - PAIF

3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Recurso: 0660

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

06.03 - SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

04.0122.0046 - 2.076 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

06.02 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - Ensino Infantil e Ensino Fundamental

06.02 12 0361 0047 2,085 - Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEB

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

07.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.0122.0010 - 2.105 - Manutenção das Atividades da Secretaria

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

08 - SECRETARIA DE OBRAS E TRÂNSITO

08.02 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E URBANISMO

15.0451.0008 - 2.158 - Aperfeiçoamento e Sinalização Viária

15.0452.0020 - 2.134 - Manutenção da Iluminação Pública

15.0452.0020 - 2.135 - Embelezamento da Cidade

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

09.02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

23.0122.0088 - 2.122 - Manutenção do Parque de Exposições



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

23.0695.0094 - 2.123 - Manutenção das Atividades de Desenvolvimento e Turismo

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas ao Município de Tuparendi, Departamento de Compras e Licitações, com sede na Avenida Tucunduva, nº 2617, Centro, nesta cidade ou pelo telefone 55 3543-0500, de segunda-feira a sexta-feira, considerando o horário de expediente da repartição.

25.2 É facultado ao agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

25.3 A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se a licitante às sanções previstas.

25.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório devem ser enviados à Pregoeira, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por qualquer meio, inclusive pelo endereço eletrônico compras@tuparendi.rs.gov.br

25.5 O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do fornecedor para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

25.6 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data mencionada no capítulo I, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

25.7 Integram este Edital de Pregão Eletrônico:

ANEXO I – Pedido, ETP e Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de declaração conjunta

ANEXO III – Modelo de Proposta de preço

ANEXO IV – Modelo de Minuta de contrato

Tuparendi, 02 de outubro de 2026.

JULIO CESAR MATTIAZZI
PREFEITO MUNICIPAL

Este edital se encontra examinado e
aprovado por esta Procuradoria Jurídica.

Em ____/____/____

Fábio Piffero Füller
Procurador Jurídico do Município



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44 /2026
ANEXO I
PEDIDO, ETP E TERMO DE REFERÊNCIA

EM PDF



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na rua _____, nº _____, na cidade de _____, CEP _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador do CPF nº _____.

DECLARA, que:

	Atende à norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.
	Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
	Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
	Cumprir os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.
	Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
	Cumprir com os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.
	Em observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

_____ (LOCAL), _____ de _____ de 2026.

.....
(nome, cargo e assinatura do representante legal da empresa,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(em papel timbrado da empresa)

À

Pregoeira e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Tuparendi – RS

Referência: Pregão Eletrônico N.º 44/2026

Pela presente, _____ (razão social da proponente), inscrita no CNPJ sob o n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no (a) _____, ciente e de acordo com todas as especificações e condições do Edital e seus Anexos relativos ao Pregão Eletrônico em referência, vem, por intermédio do seu representante legal ao final assinado, propor a seguinte Contratação de empresa especializada para locação e suporte de impressoras tipo monocromática e colorida, reprodução de cópias de documentos e digitalização, com fornecimento de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva, incluindo manutenção total dos equipamentos, substituição/reposição de peças, insumos, suprimentos e materiais de consumo (toner, revelador, cilindro, entre outros), software de gerenciamento de impressão e abertura de chamados online, via help desk, pelo tipo **Menor Preço por Item**, conforme a seguinte descrição:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário

- 1) Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 2) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados já estão computados todos os custos necessários decorrentes do fornecimento referente ao objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes e seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.
- 3) Local de entrega / instalação: Em conformidade com o edital de licitações e ANEXO I (Referência).
- 4) Os dados da nossa empresa são:
 - a) Razão Social:
 - b) CNPJ nº:
 - c) Inscrição Estadual nº:
 - d) Endereço:
 - e) Fone/Fax:
 - f) E-mail:
 - g) Cidade / Estado / CEP:
 - h) Banco: _____ Conta Corrente (empresarial): _____ Agência: _____
 - i) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o Contrato:
 - j) Qualificação (Cargo, RG, CPF):

Local e data

Assinatura do Representante Legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo, de um lado, o MUNICÍPIO DE TUPARENDI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.634/0001-06, com sede na Av. Tucunduva, 2.617, na cidade de Tuparendi, RS, CEP 98940-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Julio Cesar Mattiazzi, em pleno exercício de seu mandato adiante simplesmente denominado CONTRATANTE e, de outro lado, ..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Av., CEP:, representada por seu o Sr..... inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado em, adiante denominada CONTRATADA de acordo com Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, têm, certo e ajustado o presente contrato administrativo nos termos do pedido de compras nº 92/2026, da Secretaria Municipal de Administração e com o instrumento convocatório Pregão Eletrônico nº 44/2026 das cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente Contratação de empresa especializada para locação e suporte de impressoras tipo monocromática e colorida, reprodução de cópias de documentos e digitalização, com fornecimento de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva, incluindo manutenção total dos equipamentos, substituição/reposição de peças, insumos, suprimentos e materiais de consumo (toner, revelador, cilindro, entre outros), software de gerenciamento de impressão e abertura de chamados online, via help desk.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Fornecimento de todos os suprimentos (exceto papel) necessários para as cópias e impressões (cartuchos de toner, cilindro, kits de manutenção, etc.).

2.2. Fornecimento de assistência técnica aos equipamentos, nos locais onde se encontrem instalados, cobrindo a mão de obra e todas as peças e kits de manutenção e fusão necessários aos consertos.

2.3. Fornecimento de suporte técnico, on-line por telefone ou presencial, sempre que necessário.

2.4. Chamados técnicos:

2.4.1. Os chamados serão efetuados por telefone, e-mail ou sistema web por servidores da Prefeitura;

2.4.2. O tempo de resolução para o atendimento dos chamados técnicos será até 10 horas úteis a partir do chamado, em horário de funcionamento da Prefeitura;

2.4.3. Entrega dos insumos (toners e tintas), deverá ser entregue no local da instalação do equipamento e por funcionários próprios da empresa contratada.

2.5. Caso seja necessária a retirada do equipamento para manutenção, deve ser fornecido equipamento reserva.

2.6. Fornecimento de software para gerenciamento e monitoramento on-line, para todos os equipamentos, informados:

2.6.1. Níveis de abastecimento de papel e toner;

2.6.2. Necessidade de troca de kit de manutenção;

2.6.3. Relatório sobre consumo de insumos por equipamento;

2.6.4. O software deve ser instalado em computador/Servidor indicado pela Prefeitura e a esta pertencente;

2.6.5. Software de gestão dos toners e peças e para coletar os contadores dos equipamentos de forma automática.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

- 2.7.** Os equipamentos deverão ser instalados em locais indicados pela Prefeitura na ordem de serviço, e deverão ter identificação própria (para diferenciar-se dos pertencentes à Prefeitura).
- 2.8.** O prazo para a entrega e instalação da solução de impressão é de 05(cinco) dias corridos a partir da assinatura do Contrato.
- 2.9.** As cópias ou impressões deverão ser de alta qualidade, não sendo aceitasse esbranquiçadas, manchadas ou com quaisquer falhas que comprometam a perfeita visualização.
- 2.9.1.** As cópias de baixa qualidade serão armazenadas pela Prefeitura para serem descontadas do total geral, no fechamento da fatura.
- 2.10.** O faturamento será mensal, devendo ser fornecido:
- 2.10.1.** Nota fiscal ou fatura;
- 2.10.2.** Relatório com volume de impressão ou cópia por equipamento.
- 2.10.3.** Todos os itens citados serão fornecidos por conta da contratada, sem custo adicional para a Prefeitura bem como os fretes de deslocamento.
- 2.11.** O SOFTWARE para GERENCIAMENTO deverá ainda:
- 2.11.1.** Contabilizar e gerenciar as atividades de impressão e cópias na rede, disponibilizando os relatórios que auxiliam na gestão do serviço sendo:
- 2.11.2.** Permissões para definição de cotas por usuários;
- 2.11.3.** Permissão de acesso de usuário a grupos e equipamentos de impressão;
- 2.11.4.** Identificação dos documentos impressos (usuário, documento, páginas, custo, data e hora);
- 2.11.5.** Permitir a implantação de senhas de acesso exclusivo por usuário, só efetuando impressão confidencial quando o usuário estiver ao lado do equipamento e registrar sua senha;
- 2.11.6.** Permitir a administração de custos por usuário, impressora, grupo de impressoras e por página;
- 2.11.7.** Emissão de relatórios de usuários com total de páginas impressas e copiadas
- 2.11.8.** De custos por usuário, grupo de usuário e equipamento;
- 2.11.9.** De grupo de usuários;
- 2.11.10.** Compatível com sistema Windows;
- 2.11.11.** Possuir interface de acesso a WEB.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

- 3.1.** A fiscalização do cumprimento dos termos do edital dar-se-á por meio do gestor de cada secretária e será acompanhada e controlada pelo servidor Juliano Marques, Técnico em Informática.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1.** Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento será mensal, proporcionalmente aos serviços prestados no mês anterior, e será realizado até o décimo dia útil do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços, após liquidação do empenho, com apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as exigências administrativas em vigor.
- 5.2.** Na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) emitida pela fornecedora, deverá conter aposição de carimbo, no DANFE, atestando a verificação das formalidades da NF-e, descritas no Portal Nacional da NF-e (<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/>), ou no sítio da Secretaria da Fazenda do Estado ou Município de origem da mercadoria.
- 5.3.** Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 0,5% (meio por cento) ao mês de juros.
- 5.4.** Não será efetuado qualquer pagamento ao FORNECEDOR enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 5.5.** Para fins de imposto de renda retido na fonte, será adotado o disposto no decreto municipal nº 3.728, de 18 de março de 2022.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO

04.0122.0010 - 2.007 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

04.0122.0010 - 2.017 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

04.01 - DEPARTAMENTO FINANCEIRO

04.0123.0010 - 2.024 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Departamento de Saúde

05.01 10 0301 0107 2,038 - Despesas Vinculadas ao PAB Fixo e PAB Variável

3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

Recurso: 0600

05.02 - Departamento Administrativo

05.02 10 302 0107 2029 - Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria da Saúde

3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

Recurso: 0500

05.03 - Departamento de Assistência Social

05.03 08 0244 0029 2,052 - Manutenção das Atividades do Departamento de Assistência Social

3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Recurso: 0500

05.04 - Fundo de Assistência Social

05.04 08 244 0030 2068 - Programa de Atenção Integral a Família - PAIF

3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

Recurso: 0660

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

06.03 - SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

04.0122.0046 - 2.076 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

06.02 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - Ensino Infantil e Ensino Fundamental

06.02 12 0361 0047 2,085 - Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEB

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

07.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.0122.0010 - 2.105 - Manutenção das Atividades da Secretaria

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

08 - SECRETARIA DE OBRAS E TRÂNSITO

08.02 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E URBANISMO

15.0451.0008 - 2.158 - Aperfeiçoamento e Sinalização Viária

15.0452.0020 - 2.134 - Manutenção da Iluminação Pública

15.0452.0020 - 2.135 - Embelezamento da Cidade

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

09.02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

23.0122.0088 - 2.122 - Manutenção do Parque de Exposições

23.0695.0094 - 2.123 - Manutenção das Atividades de Desenvolvimento e Turismo

3390.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

RECURSO: 0500 - Recursos não vinculados de impostos

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA E DAS DEMAIS CONDIÇÕES DO CONTRATO

7.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado sucessivamente, observado o limite estabelecido no art. 113 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de prorrogação contratual, após transcorrido o período de 12 (doze) meses de vigência, os valores contratados serão reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou por outro índice que venha a substituí-lo, sem prejuízo da possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação aplicável, quando sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução contratual, bem como nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

8.3. registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 9.1 do contrato as seguintes sanções:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 9.2. do presente Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

9.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 9.2 do presente Contrato.

9.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.6 A aplicação das sanções previstas no item 9.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.7 Na aplicação da sanção prevista no item 9.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 9.2 do Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.9 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.10 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.11 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

9.13 A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” “i”, “j”, “k” e “l” do item 9.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO

10.1. O presente contrato ficará vinculado ao Edital de licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n.º 44/2026**, e à proposta do licitante vencedor e na sua execução serão aplicáveis ao contrato às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de Santa Rosa, RS para dirimir eventuais dúvidas emergentes do presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI

Estando as partes acertadas, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Tuparendi - RS, ... de de 2026.

Município de Tuparendi
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADA

**Este contrato se encontra examinado e
está de acordo com o edital.**

Em ____/____/____

Fábio PífferoFüller
OAB. RS nº 52.735

TESTEMUNHAS:
